

COMPREENSÃO DAS MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES CULTURAIS E SIMBÓLICAS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NOS ESPAÇOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS.

Renata Sousa Santos¹

RESUMO

O gênero deve ser compreendido de modo a não negar as características biológicas, no entanto, as identidades de gênero são estruturadas à partir de relações construídas simbólica, cultural e materialmente. Desse modo não pode-se reproduzir os padrões de comportamento e de modos de ser e de estar no mundo considerando as determinações dicotômicas cromossômicas xx, xy, o que levaria ao reducionismo das existências humanas em modelos pré determinados e impostos aos gêneros. Esse trabalho visa analisar as relações de gênero constituídas nos espaços dos assentamentos rurais, com destaque para o assentamento Santa Rosa e Guaçu, uma vez, que se tem percebido a grande dificuldade com relação às concepções de gênero, e de igualdade que são produzidas no assentamento, considerando a dinâmica das relações de gênero, assim, é possível questionar o determinismo biológico pré estabelecido nas famílias e seus comportamentos como algo imutável, sendo esses uns dos fatores para padronização do “sexo” para explicar as diferenças e desigualdades observadas nos grupos sociais, no sentido de naturalização dessa construção de papéis. Sensibilidades para relacionar os grupos, observar a necessidade de cada categoria e seus papéis na sociedade, compreender a existência da construção de uma nova identidade, quebrar os mitos para entender as relações, sociais, sexuais, simbólicas, culturais vigentes em vários grupos sociais, são posturas teóricas e metodológicas fundamentais para as análises sociológicas das relações de gênero.

Palavras Chave: Relações de gênero, Determinismo biológico, Identidade, Feminismo.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD- MS, rre.nascida@gmail.com.

Introdução

A categoria gênero pressupõe a construção histórica das relações sociais entre os sexos, diferenciando o sexo biológico do sexo social. O sexo social, historicamente construído, é produto das relações sociais entre homens e mulheres e deve ser entendido como elemento constitutivo destas relações, nas quais as diferenças são tidas como naturais e inquestionáveis.

Uma análise mais profunda dessas relações revela condições de poder extremamente desiguais, nas quais as mulheres vêm ocupando posições subalternas e secundárias, nesse modo de pensar as diferenças e desigualdades vividas pelos diferentes grupos dentro das nossas sociedades são explicadas em termos de “raça” ou “sexo”, como se estes fossem categorias biológicas. É muito importante ver que embora o sexo biológico atinja aos corpos sexuados, o sexo social ou discutido como gênero atinge meios relacionados: linguagens, cosmologia, estruturas universitárias, mercados de trabalho, ciências, a cultura material, todos esses campos incorporam o gênero, na organização dos espaços e atividades, assim como no valor simbólico e nas relações de poder.

Como diz Susan Paulson, os sistemas de gênero não se explicam pela determinação biológica, mas também não seriam exclusivamente construções culturais, a autora fala em explorar uma nova perspectiva, baseada na interação entre o que ela chama de “natureza” e de “cultura”, nesse sentido foi possível observar na comunidade estudada critérios de organização da vida social funcional e simbolicamente a partir das relações de gênero, este tem uma conexão histórica e evolutiva com o sexo e a reprodução biológica, contudo deve haver uma interação mútua e contínua uma relação que não pode ser reduzida ao determinismo dos biólogos e das crenças populares.

Análise do Conceito de Gênero

Os primeiros estudos feministas nas Ciências Sociais receberam o nome de Sociologia e ou antropologia “da mulher”, contudo o texto da historiadora Joan Scott no qual ela faz

considerações sobre a importância da categoria “gênero” como instrumento de análise tornou mais rapidamente obsoleto o uso da primeira denominação, nas palavras da autora, “o gênero e um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significados as relações de poder”.

O “gênero inclui as mulheres sem as nomear” (Scott, 2009), pois ao substituir o termo “mulheres”, aquela categoria passa a se basear nas discussões e pesquisas das ciências humanas. Para algumas teóricas, como Maria Luiza Heilborn, o gênero se vincula com as discussões da antropologia (1994). Ainda quanto ao conceito de gênero, ao se falar neste, o que Joan Scott destaca é que ele é um conceito relacional, pois a informação a respeito das mulheres pode ser também informação sobre os homens, não implicando o estudo apenas de um ou de outro. Como a própria Scott ensina:

“esfera separadas e defende que estudar as mulheres de forma isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos”. (Scott, 2009, s/p).

Scott nos mostra que as relações são construídas socialmente, que o mundo dos homens também é o mundo das mulheres, que não se pensa os sexos separados, nem que devemos estereotipar comportamentos designados a papéis diferenciados para homens e mulheres. Algo que Margaret Mead no clássico *Sexo e Temperamento* ensina com a etnografia realizada nas ilhas Samoa. Em resumo, “o gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (Scott, 2009).

O conceito de gênero acenava, como afirmava Joan Scott (1995) no artigo que definiu algumas perspectivas analíticas entre os estudiosos de gênero, para “os símbolos culturais”, “os conceitos normativos”, as “instituições”, a “organização social”, para as “identidades subjetivas”. O conceito sugeria, ainda, que se rompesse com a rígida polaridade binária entre masculino e feminino e que se passasse a operar com a pluralidade no interior de cada um desses pólos, que se contemplasse as cumplicidades e os conflitos que podem arranjar e desarranjar as relações sociais. Essa abordagem supunha que se lidava com sujeitos constituídos não apenas

pelas diversidades de gênero, mas também de raça, etnia, classe, sexualidade, Maria Inês Paulilo fala sobre a importância das questões relativas aos direitos de propriedade e redistribuição de renda, pois muito dos movimentos feministas na América Latina atual, aborda questões de identidade e reconhecimento, com ênfase nos direitos reprodutivos e fim da violência doméstica, contudo a autora mostra em seu texto, *Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise (2004)*, que é difícil falar em reconhecimento sem estabelecer uma ligação com qualquer forma de suporte financeiro.

O direito de tomar decisões sobre a própria vida depende de certa retaguarda financeira, ao discutir o sentido social do dinheiro, algumas questões são colocadas, a distribuição do orçamento doméstico, especialmente o montante que é considerado “dinheiro de mulher”. Grandes discussões sobre como deve ser usado o dinheiro na desarmonia entre casais e pais e filhos, pouca atenção é dada a esse fato, Paulilo afirma, que a distribuição da renda entre os membros da família é frequentemente tão desigual e arbitrária quanto a distribuição da renda nacional entre as famílias, em pesquisas de campo nos assentamentos Santa Rosa e Guaçu, foi possível observar em relação às mulheres rurais que não tinham renda própria, frequentemente, eram obrigadas a negociar com o marido cada despesa, usando estratégias que passavam pelas variadas formas de favores, apresentação de notas fiscais, entre outras, todas elas implicando submissão ou risco. As mulheres que tinham renda própria, ou seja, trabalhavam fora, tinham seu dinheiro controlado pelo marido e investiam-no coletivo, em itens que beneficiassem a família toda. Exemplo deste caso é da senhora trabalhadora rural J.K.L, ao relatar:

“eu faço pano de prato bordado e pintado, vendo doce também mas é uma briga na minha casa, pois meu dinheiro quase não dá para as minhas coisinhas, às vezes queremos um creme, uma coisinha não dá, tem que passar o dinheiro pro marido ou ajudar em casa”

A desconstrução é uma maneira de luta enquanto é permitido mostrar as raízes machistas de muitas das ideias consagradas, algumas autoras feministas afirmam que o feminismo é um contribuinte ativo e não um receptor passivo do “pós-modernismo”.

“assumia-se que os vários marcadores sociais combinam-se, sempre, de formar peculiares, situadas, o que passa a impedir a concepção simplista do homem dominador versus a mulher dominada, o conceito de gênero investe, de forma enérgica, contra a lógica essencialista que acredita numa mulher e num homem universais e trans-históricos” Guacira Lopes Louro (2002, p.16).

Nesse sentido alguns questionamentos foram construídos para esta polêmica do conceito de gênero, contestado e debatido por feministas e por estudiosas e estudiosos, para muitos o conceito de gênero também sofreria algumas limitações, uma vez que parecia reforçar um dualismo homem/mulher, no qual a heterossexualidade é tomada como dada, como um fato natural, contrapondo-se a essa posição, outras estudiosas e estudiosos afirmam que o conceito de gênero, tomado em sua radicalidade, deveria permitir a desconstrução da oposição binária masculino/feminino, nessa direção, caminha Scott e outras teóricas, estabelecendo algumas aproximações com o pós-estruturalismo.

As relações de gênero seriam constituídas por redes de poder, nessa teia, estariam articuladas, necessariamente, muitas outras divisões sociais, como etnia, classe, raça sexualidade, para alguns estudiosos e estudiosas, a aproximação com Foucault pareceu, então um caminho fértil, o filósofo, produziu uma analítica do poder que contribuiu interessantemente para a compreensão das relações de gênero, suas concepções de poder disciplina e de biopoder (três domínios), particularmente são úteis para examinar a produção dos sujeitos sociais.

A perspectiva de Foucault propõe que se observem, fundamentalmente, os efeitos do poder, já que se entende que o exercício do poder não se dá, sempre, do mesmo modo com os mesmos resultados.

O “outro” sobre o qual a relação de poder é exercida, diz Foucault é um outro que se “mantém até o final como um sujeito de ação”, o “outro” responde, reage, contesta, aceita etc. (Foucault, 1998, p.15). Com Foucault, é possível compreender que o poder também pode se exercer através do fascínio, através de dispositivos e estratégias que induzem, incitam, seduzem e provocam, e não apenas através de mecanismos que reprimem ou negam. Essas formas de poder, que se exercitam cotidianamente e, muitas vezes, dissimuladamente, “ transformam o indivíduo em sujeito”, diz Foucault (1988.p.7), isto é “ submetido a outro através do controle e da dependência”, e, ao mesmo tempo, “arado a sua própria identidade pela consciência e pelo

conhecimento de si mesmo”, afirma também no sentido, como em outro, estaria presente “uma forma de poder, que subjuga e submete”.

Outras feministas e estudiosas e estudiosos pós-estruturalistas assumem uma teoria baseada nas teorias lingüísticas, entendendo que a realidade e os sujeitos são construídos discursivamente, afirmando que “a questão de gênero é uma questão de linguagem”, “a diferença de gênero reside na linguagem ao invés de residir no referente”, e afirma “que não há nada de “natural” sobre o gênero em si mesmo”, (Barbara Johnson apud Guacira Lopes Louro, 2002, p.18).

Com o feminismo surge uma nova maneira de pensar sobre a cultura, sobre a linguagem, a arte, a experiência e sobre o próprio saber, e isso ocorre, fundamentalmente, porque o feminismo redefine o político, ampliando seus limites, transformando seu sentido, sugerindo mudanças na sua “natureza”, Teresa de Lauretis, proclama que “o pessoal é político”, as feministas propõem que se compreenda de um modo novo as relações entre a subjetividade e a sociedade, entre os sujeitos e as instituições sociais.

As feministas passam a afirmar que as formas como se constroem as mulheres e homens, como se tornam sujeitos de gênero, se constituem em uma questão política e social e não somente uma questão ligada às histórias pessoais e privada, as escolhas sexuais, a vida familiar transcendem o âmbito privado, é nesse sentido que o pensamento feminista revolucionou formas de pensar e de representar o mundo, expondo pontos ocultos entre o privado e o público, o cultural, simbólico e material, para compreender as múltiplas relações entre os gêneros.

Analisar o conceito de gênero é entender que as discussões sobre os papéis sexuais é muito mais categórico e conceitual. Compreender as varias visões que o conceito de gênero abrange, no contexto comportamental, social, simbólico é complementar as novas categorias discutidas atualmente no sentido de dar autonomia e visão a este coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações são representadas diariamente por atores ou indivíduos sociais, em cada contexto cultural e social, existe suas formas arbitrárias de seguir uma doutrina representativa, compreendo que nas relações sociais individuais, dicotômicas, público/privado, cidade/campo, os indivíduos estão sempre em conflitos com as relações de gênero, com as identidades de

gênero, foi elaborado uma pesquisa de iniciação científica nos espaços de dois assentamentos de reforma agrária Santa Rosa e Guaçu, no sentido de compreender como as múltiplas representações esperadas ou não pelas gêneros e como é essas relações no contexto social no que diz respeito as culturas materiais e simbólicas do lugar, sendo que são espaços diferentes com representações específicas de se relacionar.

Foi possível compreender os vários papéis representados sendo que cada qual na sua função naturalizada e reproduzida, poucos tem a consciência da opressão dos papéis direcionados a mulher, das relações impostas ao gênero feminino, os vários símbolos relacionados a mulher do campo e como suas vozes são caladas e poucas nas questões políticas do assentamento, contudo surge novas mulheres neste contexto, através de formações políticas da historia da mulher do campo e parceria com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de Itaquari- MS.

Introduzir a mulher do campo na sua própria construção histórica enquanto mulher é construir uma história nova, uma representação mais política e critica, para que exista visibilidade do gênero feminino e justiça de equidade entre os gêneros.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. El sujeto y El poder. Revista Mexicana de Sociologia, v.1, n.3, jul.set. 1998.

HEILBORN, Maria Luiza. “ De que o gênero estamos falando? IN: Sexualidade, Gênero e Sociedade ano 1, n 2 CPESC/IMS/UERJ, 1994. 3

LOURO, Guacira Lopes, Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças, Coletânea Gênero Plural. Org. Miriam Adelman, Celsi Bronstrup Silvestin – Curitiba . Ed. UFPR, 2002.

MEAD, Margaret(1988), Sexo e Temperamento, São Paulo, Perpectiva.

PAULSON, Susan, *Sexo e Gênero através das culturas*. Coletânea Gênero Plural. Organizadores. Miriam Adelman, Celsi Bronstrup Silvestrin – Curitiba: ED. UFPR, 2002.

SCOTT, Joan, “Gênero uma categoria útil para a análise histórica”, *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16,n-2,p.5-22. Jul/dez – 1990.